Notícias do dia 28 de fevereiro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Relatório do TCE-GO confirma sobrepreço em contrato firmado pelo Governo Marconi Perillo para obras de duplicação da Rodovia Morrinhos/Caldas Novas

Editor

Auditoria foi realizada na Agência Goiana de Transportes e Obras (AGETOP), em 2016, tendo como objeto a fiscalização do Contrato nº 069/2014, de execução da duplicação da Rodovia GO-213, Trecho: Morrinhos/Caldas Novas (GO), firmado pelo então Governo Tucano e a Empresa Sul Americana de Montagem S/A - EMSA, no valor de R$ 41,5 milhões

Relatório de Auditoria de Regularidade , assinado pelo **conselheiro Saulo Mesquita**, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, confirma a ocorrência de sobrepreço no contrato 069/2014, firmado entre Governo de Marconi Perillo e a Empresa Sul Americana de Montagem S/A - EMSA, tendo como objeto a execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação e obras de arte especiais para duplicação da Rodovia GO-213, trecho: Morrinhos/Caldas Novas, com extensão de 48,36 km, com valor de R$ 41,5 milhões.

De acordo com a corte de contas do Estado, foram comprovadas irregularidades na execução do contrato examinado, que evidenciaram a ocorrência de superfaturamento e outras irregularidades, como incompatibilidade entre os serviços executados, o projeto e as normas técnicas aplicáveis.

A auditoria constatou o sobrepreço no orçamento original do contrato; incompatibilidade entre os serviços executados, o projeto e as normas técnicas aplicáveis; Superfaturamento decorrente da superestimativa de quantitativos dos serviços de pavimentação; Superfaturamento decorrente da superestimativa de quantitativos dos serviços de terraplenagem e medição irregular dos serviços.

Diante dos achados de auditoria, **Saulo Mesquita** determinou a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial para a apuração do dano, sua quantificação e a identificação dos responsáveis.

Site: https://lancegoias.com.br/2021/02/28/relatorio-do-tce-go-confirma-sobrepreco-em-contrato-firmado-pelo-governo-marconi-perillo-para-obras-de-duplicacao-da-rodovia-morrinhos-caldas-novas/

Relator da Saúde no TCE é favorável à entrega de vacinas a outros Estados - GIRO

CAIO HENRIQUE SALGADO

26/02/2021 - 22:18

O **conselheiro** **Sebastião Tejota**, relator da Saúde no **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), defende que a compra de vacinas contra a Covid-19 está acima de qualquer debate "orçamentário e fiscal" ou da forma de distribuição das doses. "Tem de comprar. Essa que é a prioridade. Se vai entregar para o governo federal ou se vai distribuir por aqui, isso é irrelevante", diz ele, que é responsável pelo acompanhamento das ações de combate à pandemia, incluindo o processo imunização no Estado, e decidiu constituir uma equipe técnica para acompanhar as aquisições. Em um contexto onde aliados e opositores questionam a intenção do governador Ronaldo Caiado (DEM) de destinar as doses que serão adquiridas ao Plano Nacional de Imunização, Tejota defende que "ações isoladas" não adiantam e que a solução é passar por medidas coordenadas entre os entes federativos. "A pandemia está aí, não tem jeito de fugir. E não adianta nada vacinar aqui se o vizinho não vacinar também. Daqui a pouco volta tudo." O **conselheiro** completa dizendo que esse é seu "sentir como cidadão". "Não estou falando como **conselheiro** porque não posso antecipar decisão do tribunal e não existe fato concreto ainda. Só depois do fato concreto, que ele comprar a vacina, que vamos nos posicionar", finaliza.

Mãos atadas

Apesar do desconforto de deputados estaduais, na Assembleia Legislativa a avaliação é a de que a única alternativa para reverter a ida de vacinas par a outros Estados é o convencimento.

É o jeito

Caiado disse na reunião com prefeitos da Região Metropolitana que consultou ministros do STF e não existe outro caminho a não ser entregar as doses da vacina em distribuição proporcional.

Porta fechada

O Paço Municipal tem se deparado com dificuldades de negociar doses de vacina. Mesmo com a decisão do STF, laboratórios não têm dado abertura para prefeituras.

Realidade

O prefeito de **Goiânia**, Rogério Cruz (Republicanos), nos bastidores, sempre resistiu ao fechamento das atividades. No entanto, diante dos números da pandemia, a decisão foi inevitável.

Mais uma

Ao conceder liminar a favor do Pros em ADI que questiona a reeleição na Assembleia do Maranhão, Alexandre de Morais defendeu que os membros das mesas diretoras só podem ser reconduzidos uma vez. O advogado Bruno Pena diz que a decisão "a princípio" favorece o presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB). "Precisamos ver a posição do plenário do STF."

Estreia

A Prefeitura de **Goiânia** deferiu os primeiros 48 pedidos de adesão ao Renda Família. O detalhe é que todos eles foram submetidos por mulheres. Os cartões serão entregues a elas na semana que vem. A previsão inicial era de que isso acontecesse pelas mãos do prefeito Rogério Cruz. A ideia foi abortada por conta do

fechamento das atividades.

Falta assinar

O contrato da Prefeitura de **Goiânia** com a Alelo, que gerenciará os cartões do Renda Família, deve ser assinado no início da semana. Os R$ 43,2 milhões serão integralmente revertidos em crédito para beneficiários do programa.

Ilustrado

Banco em formato de livro em Goianira, na Região Metropolitana de **Goiânia** (Foto: Diomício Gomes / O Popular)

Pergunta para:

Márcio Andrade | Presidente do Sindiposto

Motoristas reclamam do preço do combustível. Como reduzir?

Há anos não existe aumento de ICMS em **Goiás**. Se a política de preços da Petrobras, por outro lado, continuar assim, a gasolina vai continuar encarecendo. Pode zerar os impostos, mas a gasolina continua a subir porque está atrelada ao dólar. Com a desvalorização do real, só vai aumentar. Está nas mãos do presidente Jair Bolsonaro.

Arremate:

Recuo - Autor da denúncia apresentada ao Ministério Público contra a privatização da **Celg** GT, Gerson Elias Rosa da Silva chegou a protocolar ação na Justiça com o objetivo de barrar a venda.

Já era - O acionista minoritário argumentou no requerimento de desistência que a privatização já tinha sido autorizada em assembleia.

Financiamento - A Câmara Deliberativa do Conselho de Desenvolvimento do Estado aprovou R$ 21,2 milhões do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO) para a modalidade rural.

Destino - Segundo a Secretaria Estadual de Agricultura, os recursos contemplam 27 cartas-consulta, com expectativa de geração de 40 novos empregos diretos no Estado.

Site: https://www.opopular.com.br/noticias/politica/giro-1.145054/relator-da-sa%C3%BAde-no-tce-%C3%A9-favor%C3%A1vel-%C3%A0-entrega-de-vacinas-a-outros-estados-1.2204538